

Capitalismo social

Michael Polanyi

TIME and TIDE, 13 April 1946

No fim de uma longa disputa é difícil recordar acerca do que é tudo aquilo. E não serve para muito recordar a questão inicial a menos que seja para mostrar o progresso que foi feito ao longo da luta.

Isto aplica-se ao conflito entre socialismo e comunismo. Se conseguíssemos perceber a profunda transformação do capitalismo na direção de uma maior solidariedade social - e ver ao mesmo tempo a retirada indiscriminada do socialismo relativamente às suas reivindicações iniciais - então a passagem dos últimos cem anos (desde que o Manifesto Comunista foi escrito) apareceria como um processo contínuo de instrução mútua, coroada por uma reconciliação fundamental.

Ambos os lados do conflito partilharam alguns erros básicos que tiveram a sua origem na teoria fatalmente errada que o capitalismo ofereceu de si mesmo no início do século XIX. O comércio e a indústria eram governados - assim ensinaram os economistas mais importantes dessa altura a um público fácil de convencer - por um princípio infalível de interesse próprio. Procura e oferta resolviam a questão de toda a diligência humana e as leis que regulavam os lucros e os salários fixavam a parte e o lucro adequada para cada um. A parte do trabalho tendia para um mínimo de subsistência. Estas leis eram inexoráveis, pois faziam parte dos grandes arranjos que preservam a ordem de natureza. Assim anunciava o capitalismo - pelas bocas de Bentham, Ricardo, Malthus - a sua chegada aos portões de entrada no século XIX. Um grande verdade tornou-se numa falsa profecia. A descoberta de mão invisível a alocar recursos num ajuste delicado, num padrão infinitamente complexo, era verdade. Era - e continua a ser - uma grande visão de uma cooperação humana harmoniosa. Mas ao exigir que toda a vida de sociedade fosse governada pelas leis do mercado, esta visão transformou-se num travesti de si própria.

Os motivos do movimento que levou ao capitalismo eram generosos e libertadores.

Combateu a opressão feudal sem lei. Erradicou privilégios parasitários e abriu a cada homem o acesso às oportunidades económicas. Substituiu a hierarquia das ligações hereditárias por uma rede de obrigações responsáveis e voluntárias. Ajudou a descobrir e proclamar os direito

humanos. É, por isso, perverso descrever o sistema capitalista como uma mera máquina de desejos entrelaçados; como um robot cruel e inexorável.

De onde esta curiosa decepção auto depreciativa? Resulta de uma nova concepção de sociedade baseada em pretensões científicas. Bentham tinha zombado do vazio dos direitos humanos e prometeu construir uma sociedade boa assente em terrenos cientificamente seguros dos desejos humanos. Ricardo e Malthus seguiram-no com gosto, definindo sociedade em termos de ganância e de uma reprodução matematicamente progressiva. O travesti científico de sociedade estava completo; a misericórdia banida como não científica; a simpatia culpada como o verdadeiro inimigo do bem estar [prosperidade]; Gradgrind e Bounderby erigidos em sentinelas para guardar a sociedade contra a desorganização e qualquer surto de uma generosidade não científica.

Foi aqui que Marx encontrou as pistas para a sua teoria de luta de classes. Se o capitalismo prometia um bem estar generalizado pelo esmagar e pegar indiscriminado, o socialismo daria continuidade e faria ainda melhor. Afirmava que o estabelecimento de uma sociedade perfeita - planeada e sem classes - resultaria necessariamente desde que uma classe devorasse a outra. A profecia de Marx estava fundamentalmente em harmonia com a teoria do *laissez faire* extremo do capitalismo - tanto quando insistia que a reforma social sob o capitalismo era impossível e também quando adiantou a sua própria combinação de leis mecânicas, satânicas e inexoráveis que garantiam o advento automático de um milénio. É característico que os marxistas mantenham firmemente, até hoje, a teoria inicial do capitalismo, mesmo quando entretanto um século de reforma social mudou radicalmente as condições que, de acordo com esta teoria, se deviam ter mantido rigidamente fixas para sempre.

Enquanto que Marx estava ocupado a escrever o seu requisitório contra o sistema capitalista, baseado nas condições horrorosas dos princípios do século XIX, o capitalismo em torno dele ressoava com o machado de reforma. Durante os trinta anos (1849-1882) em que se sentou no British Museum a elaborar as suas teses de pauperização progressiva de classe operária, o rendimento horário dos trabalhadores britânicos mais do que duplicou. Nessa mesma geração, o uso bárbaro de trabalho de crianças e mulheres foi efetivamente reduzido; regulamentação protetora e inspeção foi alargada aos trabalhadores da maioria das indústrias; a responsabilidade especial dos empregadores pelos acidentes foi estabelecida; o direito à greve e piquetes dos sindicatos foi legalmente reconhecido; as condições sanitárias das habitações

dos trabalhadores, e à sua volta, foi compreensivamente regulada; foram criadas comissões escolares locais [school boards] com poderes legais para subsidiar e obrigar uma educação generalizada e barata, com o voto parlamentar por escrutínio secreto alargado a praticamente todos os cidadãos.

A reforma social avançou sem cessar. Mas não teve qualquer benção. Em cada passo estava sujeita a contradição por opiniões de pessoas importantes horrorizadas com a insensatez de insultar a necessidade económica. Não havia qualquer iniquidade na exploração económica, nenhuma arbitrariedade dos empregadores sobre os trabalhadores, nenhuma irresponsabilidade relativamente às reprecursões sociais do sistema fabril que não apelasse para as “leis inexoráveis” de ciência económica. As objeções eram ultrapassadas mas continuaram desconfianças generalizadas.

O grupo crescente dos marxistas contribuíram também com a sua parte para este mal estar. Faziam pouco da futilidade de encobrir o antagonismo mortal entre o explorador e a sua vítima. Denunciavam-no como uma tentativa de obscurecer a questão de luta de classes e de confundir a consciência de classe do trabalhador.

Logo a reforma social chegou por si, apologeticamente, com uma consciência intelectual difícil, entre as desconfianças dos amigos e a zombaria dos inimigos do sistema capitalista.

Entretanto a doutrina de luta de classes tinha triunfado na Rússia. Trouxe uma certa medida de reforma social, progresso educacional e expansão industrial. Todos estes avanços, que foram calmamente conseguidos em outros países, foram ganhos, sob a liderança marxista, com um máximo de violência, ódio, suspeição e opressão.

Existiu também uma grande exibição de acção económica vigorosa por parte do Estado. Mas finalmente submeteu-se - embora relutante e subrepticamente - a permitir que a vida económica se guiasse, nas suas decisões do dia a dia, pela procura do lucro comercial.

E acerca do desemprego?

Geralmente assume-se que a Rússia aboliu o desemprego pelo “planeamento económico” e que o capitalismo apenas poderia conseguir o mesmo resultado submetendo-se a medidas semelhantes. Mas ambas estas idéias são falsas. O anúncio oficial que o desemprego tinha sido eliminado na União Soviética foi feito em 9 de outubro de 1930, no meio de um caos

económico sem paralelo. Não foi o planeamento económico que absorveu os desempregados mas sim uma expansão inflacionária totalmente não desejada, que tinha tido origem no pagamento pelo governo soviético de todas as perdas incorridas pelas suas empresas. E foi este mesmo enviesamento inflacionário que desde aí tem assegurado uma pressão de procura de mão de obra na Rússia soviética.

Nem à qualquer dificuldade em aplicar métodos semelhantes para a abolição do desemprego sob o capitalismo. A teoria keynesiana mostra que o desemprego, longe de ser inerente ao capitalismo, é meramente devido a um seu defeito incidental, um defeito que pode ser eliminado sem qualquer outro “planeamento” do que aquele que está envolvido na manutenção de um déficite orçamental apropriado. O que é preciso é a emissão de nova moeda, cuidadosamente regulada de modo a preencher a diferença entre poupança e investimento.

Fica pouca diferença entre o funcionamento do Estado na Rússia e o capitalismo social no ocidente.

A prática russa submeteu-se há necessidade de conduzir o dia a dia de vida económica principalmente pela procura do lucro económico. A prática capitalista no ocidente indica que todas as exigências de justiça social podem ser obtidas sob propriedade privada. O desemprego pode ser eliminado quer sob propriedade estatal como privada através de manutenção de um fluxo adequado de poder de compra em termos monetários. Não à qualquer outra forma de manter o pleno emprego em qualquer dos sistemas. As dificuldades a resolver por uma política de pleno emprego são as mesmas sob ambos os sistemas.

Precisamos de nos ver livres de teorias falsas que perpetuam o aparente conflito entre socialismo e comunismo. O capitalismo social moderno precisa resolutamente de se ver livre dos grilhões do *laissez faire*. É verdade que o mercado é uma máquina e uma máquina indispensável, mas esta máquina não precisa de passar por cima do respeito pela humanidade e pela justiça social. Por outro lado, a complacência e insensibilidade monstruosa do marxismo, baseada numa teoria mecânica de história e numa conceção vazia de planeamento económico, precisa de ser radicalmente afastada. Ficaremos então livres de um conflito entre uma ficção e uma fábula e podemos voltar outra vez para os problemas reais.